



SEÇÃO: ARTIGO LIVRE

Influência da Teologia da Libertação no MST durante as décadas de 1970 e 1980

Influence of Liberation Theology on the MST during the 1970s and 1980s

Mirian Borges da Silva¹

orcid.org/0000-0002-5753-6653
mirian.borges2000@gmail.com

Recebido em: 28 jun. 2022.

Aprovado em: 17 set. 2022.

Publicado em: 23 nov. 2022.

Resumo: Em seu surgimento, a Teologia da Libertação (TdL) foi a expressão de um vasto movimento político e social, crítico do capitalismo dependente e da desigualdade social, em que a estratégia de longo alcance seria conseguir uma libertação material que garantisse um desenvolvimento autossustentado e atendessem às reais necessidades da classe trabalhadora. Juntamente na luta anticapitalista, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge protagonizando a organização pela reforma agrária e pelo socialismo. Nesse sentido, a presente pesquisa buscará analisar a influência ideológica da TdL no surgimento e na prática política de organização do MST, durante as décadas de 1970 e 1980, a partir da análise documental do material disponibilizado pelo MST e pelo Centro de Documentação "Dom Tomás Balduino".

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Teologia da Libertação. Reforma Agrária. Socialismo.

Abstract: In your emergence, the TdL – Theology of Liberation was the expression of a vast political and social movement, critical of dependent capitalism and social inequality, in which the long-range strategy would be to achieve a material liberation that would guarantee a self-sustaining development and that would meet to the real needs of the working class. Alongside the anti-capitalist struggle, the MST – Landless Rural Workers Movement emerges as the protagonist of the organization for agrarian reform and socialism. In this sense, the present research will seek to analyze the ideological influence of TdL in the emergence and in the political practice of organizing the MST, during the 1970s and 1980s, from the documentar analysis of the material made available by the MST and the Documentation Center "Dom Tomás Balduino".

Keywords: Landless Rural Workers Movement. Liberation Theology. Land reform. Socialism.

Introdução

Ao refletir sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o movimento social que compôs a Teologia da Libertação, duas perspectivas devem ser levadas em conta para compreendê-los: analisá-los não de forma isolada, mas evidenciando suas complementaridades e separá-los somente em relação a seus marcos temporais e especificidades históricas de surgimento e desenvolvimento.

Historicamente, o ano de referência inicial da luta pela terra e pela Igreja popular é 1971, quando Dom Pedro Maria Casaldáliga (Bispo de



¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil.

São Félix do Araguaia) escreve uma carta pastoral² de denúncia dos problemas sociais da região amazônica e marca a criação da Comissão Pastoral Terra (CPT), que foi nomeada oficialmente em 1975, em Goiânia, e pode ser vista como uma das manifestações da Teologia da Libertação na prática, por ter se tornado a voz do trabalhador rural explorado pelo capitalismo (Tonetto 2007, 106). No mesmo ano (1971), há a publicação da obra de Gustavo Gutiérrez, *Teologia da Libertação*, que integrava em seus escritos não somente uma opção preferencial pelos pobres e oprimidos, como uma forte crítica ao capitalismo dependente, ao individualismo e às injustiças geradas pelo sistema (Löwy 1991, 41). Gutiérrez (1991) retrata e conceitua no livro, uma movimentação religiosa que vinha ocorrendo na América Latina e engajando trabalhadores do campo, trabalhadores cristãos e diversas entidades religiosas. Tal movimentação era fruto do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), ocorrido em Medellín (1968) e posteriormente em Puebla (1979), onde os bispos latino-americanos assumiram a "opção pelos pobres", denunciaram as violações dos direitos humanos e a situação degradante do continente sul-americano subjugado às potências do capital (Semeraro 2017, 95).

Na década seguinte, em 1984, nasce o MST, em processo de germinação desde a "Encruzilhada Natalino" (1979), quando centenas de pequenos agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul e na 5.^a Romaria da Terra (1982), quando a Igreja Católica adquiriria uma área de 108 hectares em Ronda Alta, onde seria montado um abrigo provisório para as famílias (MST 1982).

A partir do final da década de 1970, o surgimento do MST expõe uma questão agrária não resolvida no Brasil e evidencia a inexistência, até aquele momento, de uma capacidade efetiva do sindicalismo oficial no campo em organizar os trabalhadores rurais na luta pela terra. Em uma

conjuntura de crise da ditadura militar, as mobilizações camponesas coincidiam com greves nas cidades por melhores salários e condições de trabalho – como as greves dos metalúrgicos do ABCD paulista a partir de 1978; o que evidenciava a retomada dos movimentos sociais populares, interrompidos com o golpe militar de abril de 1964 (Colletti 2005, 27).

Durante a ditadura militar brasileira houve um desenvolvimento capitalista particular da agricultura brasileira, baseado na consolidação dos complexos agroindustriais; o que ocorreu nesse período foi um processo paulatino de industrialização da agricultura e de urbanização da sociedade brasileira, e o resultado foi a expropriação e a proletarianização do campesinato, transformado agora em boias-frias, assalariados urbanos, pobres e marginalizados (Almeida 1998, 82). Dessa forma, a miséria do trabalhador rural foi se transformando na miséria do trabalhador urbano. No entanto, se nas décadas de 1960 e 1970, devido a um forte crescimento da economia brasileira, parte desses migrantes puderam ser incorporados no mercado de trabalho urbano; nas décadas de 1980 e 1990, quando a economia brasileira entrou em profunda recessão e as perspectivas de inserção no mercado de trabalho urbano diminuíram progressivamente, a volta ao campo se coloca como uma saída buscada pelos trabalhadores, por isso o crescente aumento das ocupações e dos acampamentos se coloca no final da década de 1970 e início de 1980, marcando a retomada da luta efetiva pela terra no Brasil (Colletti 2005, 29)³.

Nesse período, juntamente com os movimentos sociais urbanos e rurais encontravam-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como pequenos grupos de vizinhos que pertenciam a um mesmo bairro popular, favela, vila, ou zona rural, e que se reuniam regularmente para ler a Bíblia e discuti-la à luz de suas próprias existências. As CEBs faziam parte de uma diocese e

² O título da carta era: "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social". Acessado em 17 set. 2022. <https://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>.

³ Em uma perspectiva mais teórica, Machado (2018) propõe considerar estes trabalhadores que promovem ocupações e acampamentos, pertencentes a movimentos populares que lutam por trabalho e que possuem posições políticas e ideológicas baseadas no cooperativismo, na luta por reforma agrária, na igualdade social e no antiburocratismo (Machado 2018, 95).

tinham ligações mais ou menos regulares com os agentes pastorais: padres, religiosos e, sobretudo, mulheres religiosas. Pouco a pouco os debates e as atividades das comunidades se ampliaram e passaram a assumir tarefas sociais, tais como: lutas por habitação, eletricidade, água dentro das favelas e luta pela terra no campo (Lowy 1991, 46). Nesse sentido, juntamente com a CPT que estava mais voltada à organização dos trabalhadores do campo, as CEBs se inclinavam também à organização dos setores marginalizados do proletariado urbano.

A influência do movimento político e social, que nasceu da periferia ao centro e formou a TdL, incluía além das CEBs e da CPT, intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana), movimentos católicos leigos – Ação Católica (AC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) e os movimentos de ação de base, como o Movimento de Educação de Base (MEB). Toda essa movimentação teve consequências inclusive na estrutura institucional da Igreja, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), por exemplo, tornou-se a voz nacional da Igreja brasileira nos anos de 1970, divulgando declarações críticas contra as violações dos direitos humanos e a injustiça social e econômica (Serbin 2001, 321). Em 14 de fevereiro de 1980, a Igreja aprovou pela 18.^a Assembleia da CNBB, um documento que expressava o seu apoio às comunidades indígenas e aos trabalhadores rurais, e denunciava também a concentração de terra pautada no argumento bíblico de que “a terra era um dom de Deus a todo o homem” (Coelho 2012, 179). Os argumentos bíblicos e as motivações levantadas pela fé estavam na base do MST, na mesma medida em que a luta do movimento também estava na base da TdL, nesse sentido, a principal hipótese desta pesquisa é que tais movimentos foram se desenvolvendo como complementares.

Teologia da Libertação e marxismo

O uso do marxismo pela TdL, tem base, principalmente, epistemológica, na medida em que

utiliza o materialismo histórico-dialético para analisar a realidade social, as contradições do capitalismo, as causas das desigualdades e a luta de classes.

As categorias marxistas foram reformuladas pela TdL à luz do evangelho cristão e sua própria experiência social. A Igreja sempre teve uma tradição milenar de preocupação com os pobres, mas os teólogos da libertação continuaram essa tradição com uma diferença radical: os pobres, a partir dessa teologia, não seriam mais objetos de caridade, e sim objetos de sua própria libertação. Dessa forma, a ajuda paternalista dá lugar a uma atitude solidária com a luta dos pobres pela sua própria libertação; aqui se opera a união fundamental com um conceito fundamental do marxismo, em que a libertação dos trabalhadores deverá ser obra dos próprios trabalhadores (Amadeo 2007, 92).

Dessa forma, o papel das CEBs, da CPT, dos grupos de oração, formação e pesquisa, era exatamente auxiliar os trabalhadores em seus processos de conscientização e mobilização (Moreira 2006, 126). Para tal, essas organizações adotavam um método construído pela TdL para conhecer/analisar a realidade e planejar suas ações a serem feitas valorizando as lutas populares; o método utilizado nas reuniões das CEBs para o conhecimento da realidade e o planejamento das suas ações envolvia três momentos: ver – observar a realidade, levantar dados sobre a situação do bairro, ou a sociedade como um todo; julgar – a partir dos dados levantados, fazer uma crítica com ajuda da bíblia e das ciências sociais; agir – planejar e executar ações coletivas que poderiam alterar a realidade (Faber, Goulart, e Santos 2009, 204).

Reunidos num barraco de vila ou numa casa modesta, os participantes fazem suas orações e cânticos e em seguida colocam seus problemas e dificuldades; passa-se ao julgar e questiona-se como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir? Esta segunda parte do método é sempre ligada ao Evangelho. Em relação à ação de Jesus entra a terceira parte: agir, o planejamento e a forma concreta de enfrentar o problema. Combina-se um mutirão para ajudar a colher o feijão de um lavrador ameaçado de perder a produção, o abaixo-assinado no bairro para reivindicar água ou

esgoto para as casas, a compra de alimentos no atacado a fim de evitar os altos preços do varejo. Esse método não é mecânico. Muitas vezes uma comunidade passa meses em torno de um único problema: a luta contra a expulsão dos posseiros. Cada reunião é um momento de avaliar a resistência dos posseiros e combinar as próximas etapas da luta. O método não funciona de modo linear, como se cada momento estivesse separado do outro ou em sequências estanques que provocariam, na sucessão de reuniões, uma espécie de eterno retorno ao ver-julgar-agir. O método funciona, na prática de modo dialético. O ver já traz no seu bojo elementos para o julgar e exigências para o agir. Cada momento se inter-relaciona com os demais. A avaliação de agir nas reuniões seguintes não é um recomeçar tudo de novo, mas a continuidade da ação, retomada sob a consciência crítica de suas falhas e erros e de suas implicações pastorais. (Betto 1981, 10).

Para os teólogos da libertação, o conhecimento da realidade pela classe trabalhadora é essencial para o seu próprio engajamento. Sem o entendimento de que o subdesenvolvimento é consequência do tipo de desenvolvimento capitalista no interior dos países cêntricos (Atlântico Norte), por exemplo, não se tem a noção da necessidade de conseguir uma libertação que garanta o desenvolvimento autossustentado e atenda às reais necessidades do povo e não ao consumismo dos países ricos (Boff 1994, 27).

Envolvida na prática organizativa e no trabalho de base, a militância religiosa trouxe contribuições imensuráveis para a luta dos trabalhadores, principalmente ao trazer o componente mobilizador da fé, desenvolvido inclusive pela mística do MST. Quando a TdL traz uma nova interpretação da Bíblia, ela também possibilita uma nova organização política, ela alimenta ideologicamente a necessidade de se lutar pela terra, pela transformação social e pela igualdade. Automaticamente ela quebra com a tradição cristã messiânica de dizer para o camponês: "Espera que tu terás terras no céu". Pelo contrário, passou a dizer: "Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra" (Comparato 2003, 169).

Muitas formulações do marxismo foram incorporadas e reformuladas a partir do evangelho bíblico na TdL, principalmente, as teorizações

do marxismo humanista, que coloca o homem como ator da própria história. Um exemplo bastante utilizado pelos teólogos da libertação é a concepção de Lukács (1974), de que quando o homem tem consciência de si próprio, a história já não aparece como um devir enigmático, nesse sentido a base da chamada "Igreja dos pobres", surgiu centrada na busca por conscientização do povo oprimido, que o levasse a ser condutor da sua própria história (Mitidiero Junior 2008, 115).

Nesse sentido, as formulações marxistas utilizadas pelos teólogos da libertação foram subordinadas e justificadas pelo texto bíblico. De acordo com esses teólogos, como, por exemplo, Frei Betto (1981), para que a igreja participe efetivamente do processo de libertação do povo latino-americano, é necessário que ela esteja comprometida com as classes populares, o que implica na ruptura com interesses e privilégios das classes dominantes: "ninguém pode servir a dois senhores" (MT, 6, 24)⁴. Nesse sentido, a igreja não pode servir ao mesmo tempo o Deus que faz justiça aos oprimidos e aos senhores do capital, que mantêm a opressão.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que há a proposta da transformação social na TdL, há a recusa à revolução violenta:

A opção radical pelos marginalizados e explorados, tal como caracterizou o engajamento de Jesus de Nazaré, não supõe ódio aos ricos e poderosos, é dever da igreja amá-los, e amá-los com todas as forças, isto é, buscar o bem deles de tal maneira que se consiga libertá-los da opressão em que se encontram, sem terem consciência disso; amar os que mantêm a dominação sem libertá-los desse egoísmo e dessa ofensa ao povo de Deus é um falso amor, que nem faz justiça ao dominado nem cura a cegueira do dominador. (Betto 1981, 5).

A JUC (Juventude Universitária Católica) foi o primeiro movimento cristão na América Latina a utilizar categorias assumidamente marxistas e a defender a revolução social como passagem para o socialismo, influenciada pelo convívio com os operários e os militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Essa aproximação não agradou a Igreja institucionalizada: "não é lícito

⁴ Refere-se ao Evangelho segundo Mateus, capítulo seis, versículo vinte e quatro, retirado da Bíblia Sagrada (1987).

apontar ao cristão o socialismo [...] não é lícito admitir-se que ao se formular a figura de uma Revolução Brasileira – em assembleias ou círculos de estudos da JUC, se afirme doutrina de violência como válida e aceitável" (CNBB citado por Silva 2013, 79). A partir desse dissenso, a Ação Católica foi extinta pela hierarquia da igreja e a JUC organizou a conhecida Ação Popular (AP). Essa radicalização influenciou a posição de boa parte da esquerda católica, antes contrária à luta armada; essa parte não passou a pegar em armas, mas passou a ajudar a militância armada de forma alternativa, como escondendo militantes e armamento. Dentre os exemplos dessa esquerda católica, encontram-se freis dominicanos de São Paulo: Betto, Fernando Brito, Roberto Romano e Tito Alencar. Frei Betto, mesmo sendo contra a violência, por vezes, demonstrava sua simpatia com o comunismo:

Isaias não diz que, no futuro, os pobres da Terra viverão em harmonia com os homens impetuosos. Pelo contrário, a boca do profeta anuncia a justiça de Deus, que sacia a fome dos pobres e faz morrer o ímpio. Do lado de dentro dessas grandes encontram-se os comunistas e cristãos. O que há de comum entre nós? O mesmo amor à libertação do nosso povo. [...] Foi a luta que nos aproxima, traçando a linha divisória entre os que defendem os interesses da burguesia e os que assumem as aspirações do proletariado. (Betto 2006, 347).

Há também exemplos de entidades religiosas que aderiram à luta armada, como o caso do padre da guerrilha colombiana, que justificou sua decisão em se tornar guerrilheiro a partir de sua conceituação de "amor eficaz": "a oligarquia tem respondido ao grito do povo por paz, com o terror e a violência; o povo sabe que as vias legais estão esgotadas. O povo sabe que não há outro caminho, a não ser a luta armada" (Torres 1970, 571). Outro exemplo que pode ser citado é o caso dos revolucionários sandinistas da Nicarágua, que gritavam em meio à preparação da guerrilha: "entre cristianismo e revolução, não há contradição" (Silva 2013, 196 citado por Sandinistas Tumultuam Homilia 1983, 8).

O MST e a fé na luta

Um dos principais elementos mobilizados pela TdL e utilizados pelos sem-terra é o *referencial territorial*, que mescla fé, reivindicação e revolução. Este representa a contraproposta do referencial exclusivamente espiritual da igreja hierárquica tradicional, que obriga o cumprimento de ritos simbólicos sem qualquer significado na vida cotidiana. O referencial territorial traz a "prática" para a tradição que só sabe lidar com a adoração, o que cria a identificação e o reconhecimento dos sem-terra com a própria religião. Nos estudos empreendidos pelas organizações da TdL, a leitura do Êxodo era relacionada à realidade do trabalhadores sem-terra, de forma que a libertação do povo hebreu da escravidão no Egito e a busca pela "terra prometida" seria a mesma do povo sem-terra (Mitidiero Junior 2008, 131).

O significado bíblico da terra também foi essencial na luta dos trabalhadores rurais, no sentido que esse significado é o direito espiritual e divino à terra para trabalhar: em que a terra é a intermediária de um relacionamento entre Deus e o ser humano. Dessa forma, a própria Bíblia assume sua origem rural e a constante presença da questão da *terra* em todo o seu evangelho. O principal motivo para a importância bíblica dada à terra é que a trajetória de Jesus Cristo foi traçada na luta pela terra:

[...] o Filho de Deus, quando decidiu ser homem como nós, teve de nascer na condição de "migrante". Ele que vinha para transformar o mundo e implantar a justiça verdadeira na terra, foi perseguido antes mesmo de nascer. Nasceu numa terra estranha, onde nem casa encontrou para o seu nascimento. E logo depois do nascimento teve de fugir e crescer em outro lugar estranho. (Mitidiero Junior 2008, 134).

Dentro da problemática rural, um documento publicado em 1973 por bispos e religiosos do nordeste brasileiro – em consonância com as conclusões e apelos da XIII Assembleia Geral da CNBB – adquire grande importância ao realizar a convergência entre a CPT e os trabalhadores rurais/sem-terra, trata-se da carta pastoral "Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo" (Mitidiero Junior 2008, 187). A carta denunciava a situação

de opressão e miséria do povo do campo, e se inicia da seguinte forma: "Eu vi a aflição do meu povo e ouvi os seus clamores por causa dos seus opressores. Sim: eu conheço seus sofrimentos" (Êx., 7, 111).⁵ Os principais pontos desse texto incluem seu caráter libertador ao se preocupar com a interpretação do Evangelho a partir do tempo presente, exigindo a ação transformativa.

A CPT publica e atualiza os registros dos massacres no campo, ocorridos desde 1985, por meio da documentação de dados para o arquivo "Conflitos no Campo Brasil", disponível no Centro de Documentação "Dom Tomás Balduino" (Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT 2015, 5). Em média, somente em 1985, houve 768 conflitos, dos quais foram mortos 219 trabalhadores, indígenas e agentes pastorais, 1363 feridos e 557 presos (CPT 1986, 17). Também em 1987, em Rondon do Pará, três pistoleiros assassinaram João Passarinho Ventinha em frente à residência de Sebastião Ferreira de Souza, cuja família resolveu ir à Goianésia (PA) denunciar o crime. No meio do caminho um grupo de pistoleiros matou Sebastião e seu filho Clésio Silvino Silva, de três anos. A viúva Maria de Jesus e os outros filhos refugiaram-se sob o apoio do padre Paulo da CPT (Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT 1987). No ano de 1988, outra fazenda em Paragominas (PA) foi território de conflito, onde houve denúncia de trabalho forçado e tortura de seis trabalhadores (Cedoc 1988).

Em 1989, o que ficou conhecido como "Massacre de Santa Elmira", foi publicado em livro pelo frei franciscano Sérgio Gorgen. O massacre, ocorrido no Rio Grande do Sul, despejou 500 famílias, aprisionou mais de 20 sem-terra que foram torturados com espancamentos, ameaçados com revólveres, obrigados a deitarem-se nus sobre formigueiros, intoxicados por gás e assassinou seis crianças, quando um avião que jogava agrotóxicos nas lavouras de soja da região passou sobre o acampamento de Rincão do Avai com os esguichos abertos (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT 1989).

Na arte produzida e cultivada pelo MST, o componente da *fé* e da *esperança* é sempre presente e cultivado por meio de teatros, músicas e poesias, que fortalecem a luta pela coletividade, tais como os conhecidos *cantos para animar*: "companheiros, vamos lutar pela terra, que a terra Deus fez para nós trabalhador / nós esperamos que o nosso sindicato / nas nossas lutas, ele vai nos ajudar" (MST 1985). Com referência também ao cristianismo primitivo e à urgência de se construir uma Igreja popular:

[...] vejam as comunidades / que viviam antigamente / olhe na Bíblia Sagrada / que encontra esta semente / assim que deve ser a Igreja da gente. Não adianta ter Igreja sem vivermos como irmãos / sem praticar a justiça sem repartir o seu pão / pois ao contrário disto não é uma Igreja não (MST 1985).

Pontos como esses são, inclusive, muito presentes nas Romarias da Terra, eventos organizados pela CPT desde 1978. Essas romarias quebraram com as tradições das antigas romarias – que buscavam essencialmente o *altar*, o *santo*, a individualidade, a promessa, a transcendência e a celebração do *céu* desconhecido. As Romarias da Terra introduziram a palavra e a reflexão, trazendo como foco o coletivo e a realidade do povo: "nelas se busca mais que o conforto do coração, se busca a transformação da sociedade, a construção do Reino de Deus" (CPT 2010). Na celebração dos romeiros, após o show popular, se inicia a celebração eucarística da fé, da vida, da luta, das vitórias, da organização dos trabalhadores e se homenageia aqueles que deram a vida na luta. A celebração se encerra com a expressão do compromisso dos romeiros com a transformação social:

Nós romeiros, da roça e da cidade, encerrando a presente Romaria, inspirados na força da fé e da palavra de Deus, através das CEBs e das organizações e movimentos populares, do sindicalismo, das associações, dos coletivos, dos partidos políticos, que defendam os interesses dos trabalhadores. Para garantir: terra – trabalho – comida – saúde – moradia – educação para todos. Com uma igreja cada vez mais comprometida com as classes

⁵ Citação bíblica do documento "Eu Ouvi os Clamores do meu Povo", referente ao Êxodo, capítulo sete, versículo cento e onze -disponível na Bíblia Sagrada (1987).

populares. Garantir a terra é defender a vida, amém! (Souza 1988, 2).

Essa convergência entre a luta e a fé é caracterizada pela *mística* do MST, que significa mais do que uma liturgia, é a expressão do sentimento e do sonho de um povo. De acordo com o militante sem-terra João Pedro⁶, a própria bandeira do MST nasceu de acordo com a concepção de mística:

Teoricamente a gente já vinha aprendendo com a Igreja – e na prática também – que em qualquer organização social, em qualquer movimento social, não é o discurso que proporciona a unidade entre as pessoas na base. O que constrói a unidade é a ideologia da visão política sobre a realidade e o uso de símbolos, que vão costurando a identidade. Eles materializam o ideal, essa unidade invisível. (Fernandes e Stedile 2005, 132).

Considerações finais

O diálogo entre o componente religioso – que trabalha com a luta espiritual – e o componente político – atuante na luta pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo – é característico do MST. E ocorre não somente por influência da TdL em sua organização, mas também por sua influência sobre as instâncias religiosas. A partir do 1.º Encontro Nacional, em Cascavel – PR, em que se funda o MST, há o compartilhamento de três diretrizes principais que são incorporadas pelas organizações da TdL: a luta pelo assentamento dos trabalhadores acampados chamados sem-terra, pela reforma agrária e pelo socialismo (Feix 2010, 23).

Há também, durante todo o desenvolvimento do MST, o acompanhamento das instâncias organizativas da TdL, principalmente pelo fato do sem-terra representar o "homem pobre latino-americano", eleito pelos teólogos da libertação como o protagonista bíblico e o responsável pela libertação do próprio homem (Comblin 2002, 7). E em períodos de forte ação dos movimentos sociais, a TdL segue firme, na medida em que as lutas sociais perdem força, os representantes

da TdL recuam e ficam sem direção, formando uma minoria que não tem poder nenhum sobre a Igreja (Menezes Neto 2007, 339), e que, em algumas conjunturas é até excomungada e perseguida pela alta cúpula da Igreja Católica, como o Vaticano e o caso do teólogo brasileiro Leonardo Boff, que foi afastado de suas funções eclesiais nos anos de 1980. Nas palavras do cardeal Ratzinger (1984), seu afastamento teria a seguinte justificativa: "o marxismo morreu como ideologia e como força política organizativa, mas ele sobrevive na Teologia da Libertação, que funciona como Cavalo de Tróia para penetrar no meio dos pobres, devemos redobrar a vigilância sobre essa teologia" (Boff 1998, 23).

Pode-se concluir, a despeito da influência da TdL sobre MST, que ela não ocorre isoladamente, mas é complementada pela influência do MST sobre a TdL, de forma que as existências das duas organizações entendidas como movimentos sociais, são complementares.

Referências

- Almeida, Lúcio Flávio De e Sánchez, Félix Ruiz. 1998. "Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo". *Lutas Sociais*. Volume 5. Dez/1998. NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. PUC/SP.
- Amadeo, Javier. 2007. "Mapeando o marxismo". In *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*, editado por Atilio A. Boron, Javier Amadeo, e Sabrina González, 48-101. Buenos Aires: Campus Virtual.
- Betto, Frei. 2006. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Betto, Frei. 1981. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Brasiliense: São Paulo.
- Boff, Leonardo. 1998. "Entrevista: A Igreja mente, é corrupta, cruel e sem piedade". *Caros Amigos (Grandes Entrevistas)*, set. 1998.
- Boff, Leonardo. 1994. *Igreja: Carisma e Poder*. São Paulo: Editora Ática.
- Casaldaliga, Pedro. 1971. "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social". *Carta Pastoral escrita em 1971*. São Félix do Araguaia – MT. Acessado em 17 set. 2022. <https://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>.

⁶ Liderança do MST que atua no Setor de Formação Política do movimento. Destaca-se como poeta e é o autor do hino do MST (Fernandes e Stedile 2005, 131).

- Cedoc: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra. 2021. *Manual do Usuário do Acervo Digitalizado*. Goiânia, Goiás. Acessado em 14 ago. 2021. www.cptnacional.org.br.
- Cedoc: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra. 1985. *Massacres no Campo: Paragominas*. Acessado em 18 set. 2021. <https://www.cptnacional.org.br/massacres/110-para/3962-paragominas-1985>.
- Cedoc: Centro de Documentação Do Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra. 1988. *Massacres no Campo: Paragominas*. Acessado em 20 nov. 2021. <https://www.cptnacional.org.br/massacres/110-para/3968-paragominas-1988>.
- Cedoc: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra. 1987. *Massacres no Campo: Rondon do Pará*. Acessado em 23 nov. 2021. <https://www.cptnacional.org.br/massacres/110-para/3966-rondon-do-para-1987>.
- Cedoc: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra. 1989. *Massacres no Campo: Salto do Jacuí*, 1989; Acessado em 23 nov. 2021. <https://www.cptnacional.org.br/massacres/111-rio-grande-do-sul/3947-salto-do-jacui-1989>.
- Coelho, Fabiano. 2012. "Para além do Espiritual: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980)". *Revista Angelus Novus*, no. 3 (maio): 176-91.
- Coletti, Claudinei. 2005. "A Trajetória Política do MST: a crise da ditadura ao período neoliberal." Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- Comblin, José. 2002. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus.
- Comparato, Bruno Konder. 2003. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- Comissão Pastoral da Terra. 1985. "1985: Conflitos de terra no Brasil." Acessado em 15 dez. 2021. <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=266&catid=41&m=0>.
- Comissão Pastoral da Terra. 2010. "Romarias da Terra e Água". Acessado em 15 dez 2021. <https://www.cptnacional.org.br/romarias>.
- Faber, Marcos Emilio Ekman, Josiel Eilers Goulart, e Giovana Inácio dos Santos. 2009. "Teologia da Libertação: resistência intelectual nos anos de chumbo". *Revista Historiador*, no. 2 (dezembro): 199-207.
- Feix, Plínio José. 2010. "O espaço da democracia no projeto político dos dirigentes do MST", 2010. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- Fernandes, Bernardo Mançano, e João Pedro Stedile. 2005. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Gutiérrez, Gustavo. 1975. *Teologia da Libertação*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes.
- Sandinistas Tumultuam Homilia. 1983. *Jornal do Brasil*, 5 mar. 1983. Primeiros Cadernos, 8.
- Löwy, Michael. 1991. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Traduzido por Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez; autores associados (Coleção Polêmicas do nosso tempo; vol. 39).
- Lukács, Georgy. 1974. *História e Consciência de Classe*. Porto: Publicações Escorpiano.
- Machado, Eliel. 2018. "Notas para uma tipologia classista dos 'movimentos sociais'". *Crítica Marxista*, no. 46: 83-101.
- Mitidiero Junior, Marco Antonio. 2008. "A Ação Territorial De Uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba". Tese de doutorado, USP.
- Menezes Neto, Antonio Julio. 2007. "A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra". *Caderno CRH* 20 (50): 331-41.
- Moreira, Alberto da Silva. 2006. *O dom da terra. Leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco/Comissão Pastoral da Terra.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1985. *Cantos para Animar*. SC: Biblioteca do Centro de Pastoral Vergueira.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. n.d. "Nossa história". Acessado em 13 ago. 2020. <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio>.
- RATZINGER, Joseph. 1984. *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*. Escrito em 06 de agosto de 1984. Acessado em 22 set. 2021. https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html
- Sagrada, Bíblia, N. T. 1987. "Evangelho segundo Mateus". In *Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamentos*. 43. ed., traduzido por Pe. Matos Soares, coordenado por Honório Dalbosco e revisado por Dom Mateus Rocha, 1059-95. São Paulo: Edição Paulinas.
- Sagrada, Bíblia, N. T. "Êxodo". 1987. In *Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamentos*. 43. ed., traduzido por Pe. Matos Soares, coordenado por Honório Dalbosco e revisado por Dom Mateus Rocha, 76-116. São Paulo: Edição Paulinas.
- Semeraro, Giovanni. 2017. Gramsci e Religião: uma leitura a partir da América Latina. *O Social em Questão*, ano XX, no. 39 (dezembro): 87-108.
- Serbin, Kenneth P. 2001. *Diálogos na Sombra; Bispos e Militares: tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, Sandro Ramon Ferreira. 2013. "O Tempo das Utopias: Religião e Romantismos Revolucionários no Imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990". Tese de doutorado, UFF.
- Souza, José Valmecy. 1988. *3ª Romaria da Terra de Santa Catarina: Pequeno agricultor, Garantir a Terra é Defender a Vida*. Ponte Serrada – SC: Centro de Pastoral Vergueira.

Tonetto, Sandra Márcia. 2007. "Clamores da Luta pela Terra: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social." Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho.

TORRES, Camilo. 1970. *Cristianismo e Revolución*. México: Era.

Mirian Borges da Silva

Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina, PR, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.